



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia- Replan”, de responsabilidade da Refinaria de Paulínia -Replan, realizada na cidade de Paulínia, em 23 de novembro de 2006.

Realizou-se, no dia 23 de novembro de 2006, às 17h00, na Câmara Municipal de Paulínia, Rua Carlos Pazetti, 290, Vista Alegre, Paulínia-SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia-Replan”, de responsabilidade da Refinaria de Paulínia-Replan (Proc SMA 13.548/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo - Jurandir Matos, Exmo. Vice-Prefeito do Município de Paulínia, Vicente de Paulo Souza, Exmo. Secretário de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente do Município de Paulínia, Sílvio Rodrigues Viamonte, Exmo. Secretário dos Transportes do Município de Paulínia, Washington Carlos Ribeiro Soares, Exmo. Secretário de Planejamento e Coordenação do Município de Paulínia, e José Pivatto, Exmo. Prefeito do Município de Cosmópolis -, dos órgãos públicas, das entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que estavam presentes e vieram participar dessa audiência sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia-Replan”, de responsabilidade da Refinaria de Paulínia-Replan. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Neusa Marcondes, e do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Paulo Figueiredo. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento às analisassem e verificasse a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Depois de Francisco Raimundo Cerqueira Neto, representante da Refinaria de Paulínia-Replan, oferecer informações detalhadas sobre a empresa e o projeto, Walter Lazzarini, representante da Walter Lazzarini Consultoria Ambiental, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, ofereceu informações detalhadas sobre as diversas análises que compunham os estudos ambientais, que identificavam os possíveis impactos e propunham medidas de compensação e de mitigação com vistas a minimizá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Marcos Aurélio Teixeira comentou que há mais de um ano vinha realizando um trabalho árduo, criticando e recebendo críticas, e que estava contente com o diálogo que havia estabelecido com a empresa, o Poder Público e a sociedade civil. Comentou, também, que, entre os questionamentos apresentados, alguns aspectos seriam cobrados, entre os quais se incluía a compensação ambiental - que era muito importante para o país, a região e a cidade -, o crescimento, a arrecadação e o aumento do número de empregos, cuja contrapartida seria o impacto sócio-ambiental. Comentou, ainda, que essa compensação poderia ser destinada às áreas de conservação de uso sustentável, que, embora não fossem reconhecidas, eram muito importantes, e que algumas delas continham remanescentes de matas e outras se localizavam muito próximo de mananciais importantes e que se fazia necessário que essas áreas se comunicassem através de corredores



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ecológicos, e que, igualmente, fosse incentivado o plantio de matas ciliares. Comentou, também, que outro problema dizia respeito diretamente à água, cuja solução tornava necessário não só o seu reuso como também investimentos na melhoria desse recurso, porque, sem dúvida, se isso ocorresse, melhoraria a qualidade de vida da população da região. Comentou, igualmente, que, qualquer que fosse a maneira como se desse a compensação, o importante era que ela ocorresse na área de influência do projeto. Comentou, em seguida, que, em relação às medidas mitigadoras, elas deveriam ter como objetivo a diminuição dos problemas sociais que a implementação desse projeto acarretaria, entre outros aqueles relacionados com o significativo incremento da população e a impossibilidade de atendimento da nova demanda que, com certeza, ocorreria em relação a alguns serviços públicos, como o saneamento, os equipamentos de saúde, tanto de Paulínia como de outras cidades da região, problemas esses que atingiriam não só a mão-de-obra que seria contratada como também os habitantes desses municípios, levando-se em conta que se previa, para o pico da obra, o emprego de cerca de 3 mil e 200 trabalhadores, além daqueles que trabalhariam em postos de trabalho indiretos e nos serviços terceirizados, podendo essa população chegar a 10 mil pessoas. Acrescentou, então, que se deveria solicitar à Petrobrás que investisse no tratamento de esgoto da cidade e que adotasse, também, medidas com vistas à desmobilização da mão-de-obra, tão logo fosse concluída a implantação desse projeto, de modo a se encontrar uma saída para ela, evitando-se que se tornasse uma população marginal à vida das cidades da área de influência desse empreendimento. Marcelo Martins Leite, igualmente representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou sentir muito orgulho de participar desse projeto, em primeiro lugar porque a Petrobrás era um exemplo para os brasileiros como empresa industrial, empresa transformadora de produtos, e, em segundo lugar, porque ela representava muito bem os brasileiros e deixava todos muito orgulhosos. Comentou, também, que o empreendimento era um projeto de desenvolvimento regional, que lembrava palavras como saúde, meio ambiente, segurança, qualidade, responsabilidade social, civismo, ética, cidadania, empreendedorismo, eficiência e economia. Ao concluir, solicitou fosse registrado seu apoio ao projeto, dado que ele se voltava para o desenvolvimento das pessoas. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes das entidades da sociedade civil. Marlúcio Borges, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-CIESP da região de Campinas, comentou que as perguntas que julgava pertinentes eram feitas à Petrobrás e elas eram as seguintes: o que estava sendo proposto, quem estava propondo e como estava sendo proposto, e que as duas primeiras perguntas haviam sido respondidas pelo empreendedor, primeiro, ao se apresentar como Replan, empresa na qual ele já havia trabalhado, e que, portanto, conhecia de perto, e, em segundo lugar, ao mostrar o projeto e seu principal objetivo, que era levar excelência ambiental ao processo produtivo como o grande diferencial de competitividade, na medida em que concebia o meio ambiente não mais como um problema, mas como a grande oportunidade diferencial de negócios. Comentou, também, que, atualmente no Brasil, a indústria tinha um papel fundamental na implementação do desenvolvimento sustentável e grande responsabilidade de tornar compatível o crescimento econômico, de um lado, e a sustentação sócio-ambiental, de outro, pois a mesma indústria que transformava os recursos naturais gerava emprego, crescimento econômico e, por fim, qualidade de vida, que era o objetivo principal de qualquer cidadão. Comentou, ao concluir, que a Replan não só estava cumprindo, mas também superando essa responsabilidade de desenvolvimento sustentável, gerando emprego, inclusão e participação social e que acreditava que esse projeto se reverterá em todos esses benefícios. Nelson Takani, representante da Associação Comercial Industrial de Cosmópolis, comentou que, em nome dessa entidade, sentia-se orgulhoso de poder



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

acompanhar e opinar sobre o processo de modernização da Replan, empresa na qual se aposentou, e que a preocupação que a Replan apresentava através desse projeto com a redução da poluição atmosférica, ela já a manifestava no final da década de 90, o que a levou a promover transformações em seu processo. Comentou, ainda, que se sentia orgulhoso de integrar essa força motora e propulsora do progresso da cidade de Cosmópolis, que era o comércio, a indústria e o serviço, e que a Replan já demonstrara sua responsabilidade social ao contribuir para a implantação do projeto “O Menor Aprendiz”, e do programa “Prover”, que visava o aperfeiçoamento da mão-de-obra local, motivo por que externava sua solidariedade com esse sentimento de parceria e de companheirismo. Djanira de Fransceschi de Angelis, representante do Instituto de Biociências da Unesp, *campus* Rio Claro, declarou que essa discussão sobre a ampliação da Replan, através da qual se tem demonstrado o quanto ela tem investido social, econômica e ambientalmente e, principalmente, nos municípios de Cosmópolis, Paulínia e Americana, não tem enfatizado que ela tem investido em um raio muito maior e em um setor que se encontrava extremamente carente de apoio. Declarou que, embora a Unesp tenha recebido apoio da Replan - através dos Institutos de Biociências e de Geociência – para a formação da mão-de-obra especializada, que eram seus pesquisadores, enfrentava imensa dificuldade para conseguir recursos para manter seus projetos de pesquisa, mas que, com os recursos dessa empresa, vinha mostrando alguns caminhos para ela, precisamente na perspectiva ambiental, principalmente em relação à água e à diminuição dos poluentes. Declarou, ainda, que, no que se referia à responsabilidade em relação aos poluentes, a Unesp, há sete anos, vinha acompanhando, quinzenalmente, todas as emissões hídricas realizadas por essa refinaria e que os relatórios, com base nesse acompanhamento, vinham direcionando, estatisticamente, para uma melhora significativa do que já existia, e que, com a implantação de novos equipamentos, estava sendo possível quantificar o quanto tem melhorado esse setor ambiental. Declarou, igualmente, que a Replan deixou de produzir amônia, o que representava um ganho ambiental sem precedentes, pois se estava desse modo preservando e protegendo toda a cadeia da microbiótica aquática do Rio Atibaia e, assim, propiciando também a recuperação da água e dos organismos e possibilitando que a água adquirisse melhor qualidade. Comentou que, com a diminuição da emissão de enxofre, com a diminuição da acidez das chuvas, com a diminuição da poluição das águas e do solo, tinha absoluta certeza do que representavam esses ganhos não só para a Refinaria e região de influência, mas, também, para todo o território, uma vez que o vento levava os poluentes na sua direção predileta, mas, à medida que se diminuía sua emissão, o solo caracteristicamente ácido, em toda a sua extensão, passava a ser protegido, como também as pessoas e a microbiótica, que, apesar de ser pouco avaliada e estudada, precisava ser preservada. Declarou que a Replan vinha tomando também bastante cuidado e investindo em técnicas modernas com vistas a quantificar os efeitos desses poluentes, motivo pelo qual considerava coerente retribuir esses investimentos que a empresa vinha fazendo na região de Rio Claro com a formação de pesquisadores que pudessem mostrar o que acontecia com os animais que vivem no seu entorno. Geraldo César de Araújo, representante da Associação Comercial e Industrial de Paulínia, declarou que apoiava totalmente a modernização e a ampliação dessa refinaria, pelos benefícios que traria para Paulínia e região e pela sua história de parcerias que possibilitavam melhorias para a população da região – como a qualificação da mão-de-obra regional –, como foi o caso daquelas parcerias firmadas com o Sebrae, o Centro de Ação Comunitária-CIC e o Posto de Atendimento ao Empreendedor, as quais contemplavam, entre outros benefícios, a necessária abertura para que outras indústrias se estabelecessem na região. Alaíde Figueiredo, representante da Associação de Moradores do Morro Alto, comentou que, desde a década 70, trabalhava nessa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

refinaria na qual, desde a implantação, já trabalhavam familiares seus, e que ficou triste ao saber que a Petrobrás tinha seus dias contados em Paulínia e que seria substituída por um pólo cinematográfico, que não se sabia se ofertaria ou não empregos relacionados com o turismo. Jorge Oliveira, representante da Organização Negra Nacional Kilombo, depois de oferecer informações sobre as comemorações das quais participou a entidade que representava no último 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, propôs que a Petrobrás construísse um ambulatório e um grupo de pesquisa. Eliete Maria da Silva, representante do Centro de Ação Comunitária de Paulínia, declarou que, além de exercer a função de assistente social, trabalhava na implantação do Programa Pronto para o Trabalho, e que, portanto, conhecia de perto o problema do desemprego da cidade e do município, o que a levava a posicionar-se favoravelmente à implantação desse projeto, porque ele contribuirá para o desenvolvimento econômico e o progresso da cidade, ao gerar postos de trabalho. Comentou já ter participado também da implementação de programas que visavam à desmobilização da mão-de-obra, um dos quais foi promovido pela Petrobrás, como também participava do Programa Prover, que muito vinha contribuindo para o retorno da dignidade das pessoas que, depois de participarem da execução de grandes obras e projetos, eram dispensadas, embora tivessem potencialidade para continuar a trabalhar, necessitando, para tanto, apenas da ajuda de órgãos ou entidades. Ao concluir teceu comentários sobre as atividades educativas promovidas pelo município, que havia criado, inclusive, o crédito educativo. Paulo Roberto Paes, representante da Associação dos Moradores do Bairro do João Aranha, depois de tecer comentários sobre o crescimento populacional do município de Paulínia, que, na década de 70, possuía cerca de 3 mil habitantes, e, atualmente, 60 mil, para o que tinha contribuído a instalação da Petrobrás e de outras indústrias no município e na região, observou que se deveria levar em conta também os problemas decorrentes da poluição atmosférica gerada por suas atividades, principalmente da região de João Aranha, e a contaminação do solo e das águas, e que, portanto, se deveria pensar também nas questões ambientais, e não apenas no lucro. Comentou, ainda, que, com os novos recursos que os cofres públicos do município receberão, se deveria investir também em habitação, pois, com certeza, com a chegada no município de mais pessoas crescerá a demanda por creche, escolas e estradas. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. José Fernando Vale teceu comentários, inicialmente, sobre as disposições da legislação do SNUC no tocante à aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental a ser feita pelos empreendimentos que causavam impacto no meio ambiente e que determinavam fossem eles aplicados em unidades de proteção integral – parques estaduais e estações ecológicas entre outras – ou em unidades de conservação de uso sustentável. E acrescentou que, como já existiam duas unidades de uso sustentável na região, uma em Matão e outra em Campinas, as quais se encontravam num estado preocupante de degradação, com esses recursos não se deveriam criar novas unidades, mas promover a melhoria dessas que já existiam. Comentou, em seguida, que, como se sabia, os principais impactos causados por essa refinaria diziam respeito à água, cuja escassez na região era igualmente sabida, pois, conforme divulgado, seu consumo passaria de 1 milhão e 800 mil litros por segundo para 2 milhões e 400 mil litros por segundo, e que se deveria ter presente os dados processados pelo Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, segundo os quais a retirada de água do primeiro rio estava por volta de 8 mil e 400 litros de água p/s e a do Rio Atibaia em torno de 10 mil litros por segundo. Comentou que eram igualmente preocupantes os dados acerca do lançamento de esgotos domésticos e efluentes nesses rios como também os dados relacionados com a poluição atmosférica, e que, com a implantação de novas indústrias ou com a ampliação das já existentes, como era o caso da Replan, poderiam ser agravadas as condições atuais, que já se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encontravam em um grau alarmante, e que o Programa de Gestão Integrada, constante do EIA/RIMA, consistia tão-somente no cumprimento da legislação, embora devesse contemplar o reflorestamento ciliar e a interligação dos remanescentes das áreas de Santa Genebra e de Matão. Miguel Alfaro Soto teceu comentários sobre a preocupação da Petrobrás em relação a diferentes aspectos do empreendimento, inclusive à identificação dos riscos inerentes às suas atividades e que ela tentava evitar a ocorrência de acidentes ou minimizar os seus efeitos, e que, para tanto, ela tem exigido que sejam feitas investigações com o máximo rigor científico, o que acarretava muitos benefícios, inclusive para o meio ambiente, mas que ela tem também contribuído para que ocorram melhorias em relação à saúde das pessoas envolvidas em suas atividades. Bernadete Zilioti comentou que o grande problema que o município enfrentava era, além da poluição atmosférica, a escassez dos recursos hídricos, e que, durante a apresentação se havia dito, que a modernização da Replan acarretará benefícios ambientais, porque melhorará a qualidade do ar, o que lhe parecia incoerência, pois, com a ampliação de sua capacidade e produção, aumentarão, obviamente, as emissões na atmosfera. Comentou, também, que a realização das audiências era importante, porém não se podia esquecer o impacto já existente na região de Paulínia e municípios vizinhos, e que a Petrobrás, além de levar em conta essas questões, deverá também ter presente que a situação da água no município encontra-se caótica. Custódio Campos sugeriu que a Petrobrás incentivasse uma maior participação da sociedade civil em seus projetos, tornasse-os mais transparentes e se preocupasse, inclusive, com a realização de audiências públicas, já que as pessoas enfrentavam dificuldades para participar. Comentou, também, que na região do empreendimento existia grande adensamento de empresas e indústrias, que se constituíam em um pólo petroquímico inserido na Região Metropolitana de Campinas, na qual havia também grande adensamento humano. Comentou, igualmente, que nenhum desses aspectos fora abordado pelos estudos ambientais, principalmente o fato de esse pólo ser indutor de novos investimentos e, em decorrência, constituir-se em um foco de atração de pessoas, dada à possibilidade de serem gerados novos postos de trabalho, e que todos esses impactos deveriam ser compensados. Carlos Gomes da Nave Mendes comentou que, como engenheiro, testemunhava que o departamento de meio ambiente da Refinaria de Paulínia vinha despendendo esforços na perspectiva de melhorar os aspectos relacionados com os recursos hídricos, contando com equipe de especialistas em seu uso, principalmente levando em conta a escassa disponibilidade hídrica na região. José Roberto Nunhez declarou que, como professor da Faculdade de Engenharia da Unicamp, conhecia o trabalho realizado pela Petrobrás e sua preocupação com a questão ambiental, motivo pelo qual essa empresa vinha desenvolvendo projetos relacionados com a dispersão de efluentes. Comentou também que a otimização dessa refinaria, com a utilização de tecnologias mais modernas traria inúmeros ganhos ambientais, na medida em que seriam minimizadas as emissões de poluentes, como o enxofre, que ficará retido nos equipamentos e será posteriormente vendido. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. José Honorato Fozzati, representante do Hospital Beneficente Santa Gertrudes de Cosmópolis, teceu comentários sobre sua esperança de que a implementação desse projeto beneficie o hospital, pois, desde 1972, essa entidade atendia a todos os funcionários da refinaria com recursos provenientes tão-somente do repasse de verbas do SUS, mas que a situação atual desse organismo impedia que esse atendimento fosse ampliado. Teceu comentários, também, sobre a importância da Replan nos municípios da região e declarou que sua modernização constituiria, para ela, um verdadeiro presente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Washington Carlos Ribeiro Soares, Secretário de Planejamento e Coordenação do Município de Paulínia, comentou que o projeto da Replan



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contemplaria adequadamente a minimização de qualquer impacto ambiental ou social que pudesse gerar, como atestava a seriedade dos estudos apresentados. Comentou, também, que o Programa Prover, ao priorizar a contratação de mão-de-obra local, reduziria os impactos sociais a serem causados na região, e declarou, por fim, apoio da Prefeitura Municipal de Paulínia a esse projeto. Edmo José Stahl Cardoso, Secretário de Planejamento, Obras e Serviços do Município de Artur Nogueira, questionou por que Artur Nogueira não fora citado como um dos municípios que sofreriam impactos com a ampliação dessa refinaria, inclusive com o aumento do trânsito a ser provocado pelo transporte de cargas, até mesmo perigosas, com o desvio do pedágio. Comentou, também, que o município de Artur Nogueira tinha o pior orçamento da região, o que tornava difícil, para a administração, absorver sozinha esses impactos. José Pivatto, Prefeito do Município de Cosmópolis, comentou: 1) ter participado da primeira audiência pública sobre o empreendimento e que, nessa ocasião, fizera sugestões com o objetivo de serem equacionadas algumas questões e dúvidas existentes, as quais foram solucionadas pela Petrobrás; 2) ser essa empresa motivo de orgulho para todos os brasileiros e instrumento fundamental para o crescimento econômico do país; 3) constituir esse projeto de modernização importante empreendimento, que era defendido, inclusive, pela população de Cosmópolis, principalmente porque sua implementação possibilitará a diminuição das emissões de enxofre, o que acarretará melhorias evidentes na qualidade do ar; 4) acarretar a implementação desse projeto, também, ganhos econômicos para o país e benefícios sociais para a população, entre os quais a capacitação profissional dos trabalhadores; 5) ser fundamental que a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental se dê na região; 6) não auferir o município de Cosmópolis nenhum benefício financeiro com a implementação desse projeto no que diz respeito à arrecadação de impostos, mas que ele será beneficiado com a geração de empregos, a capacitação da mão-de-obra e o crescimento dos setores de comércio e de serviços; 7) ter protocolado dois documentos na Secretaria Executiva do Consema e na Gerência da Petrobrás, assinados por ele e pela Promotora Vera Maria Gonçalves Crotti, através dos quais solicitava contrapartidas a serem empregadas no setor social de Cosmópolis, na recuperação do Ribeirão Três Barras, na construção da estação de tratamento de esgoto doméstico e de um emissário de coleta e das obras complementares do Plano Diretor de Esgoto. Jurandir Matos, Vice-Prefeito do Município de Paulínia, depois de dar os parabéns à Petrobrás pela seriedade do trabalho que vinha realizando em Paulínia e na região, teceu comentários sobre os procedimentos adotados concernentes ao recrutamento e à seleção de profissionais e chamou atenção para a necessidade de serem criadas as condições para que a Petrobrás implemente o projeto de modernização de suas instalações. Vicente de Paulo Soares, Secretário de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente do Município de Paulínia, comentou que a política de meio ambiente do município, cuja implantação se iniciou em 1981, colhia, atualmente, bons frutos e possibilitava o exercício pleno da democracia, e que o grande desafio atual era alcançar o desenvolvimento econômico com sustentação ambiental. Comentou, também, que não cabia ao empreendedor definir onde deveriam ser aplicados os recursos provenientes da compensação ambiental, tarefa esta que cabia tão-somente à Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e que, contrariamente, a implementação das medidas de mitigação era competência do empreendedor. Comentou ainda que a Secretaria do Meio Ambiente de Paulínia submeteu o projeto à avaliação de uma consultoria, a qual considerou o empreendimento ambientalmente viável, o que deu tranquilidade aos órgãos ambientais do município. Passou-se à etapa das réplicas. Francisco Raymundo Cerqueira Neto esclareceu que a Petrobrás apoiava o uso da verba destinada à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

compensação ambiental na unidade de conservação de uso sustentável existente na região, como previa a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC e agradeceu a colaboração e a participação de todas as entidades de Paulínia, Cosmópolis e região, que colaboraram na melhoria desse projeto. O consultor Walter Lazzarini ofereceu esclarecimentos: 1) sobre o modo como seriam mitigados os impactos sociais, entre eles aqueles que decorreriam da geração de empregos; 2) sobre a destinação dos recursos oriundos da compensação ambiental, a ser definida pela Câmara de Compensação Ambiental; 3) sobre a captação de água a ser feita pela Replan no Rio Jaguari; 4) sobre a não geração, com a implementação desse projeto de modernização, de acréscimo das emissões de poluentes atmosféricos; 5) sobre a extensão da área de influência do empreendimento, constituída no raio de dez quilômetros em torno do empreendimento, localizando-se o município de Artur Nogueira além desses limites. Walmor Amorim, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou: 1) sobre a importância das audiências públicas; 2) sobre seu protesto contra a não-divulgação de outra audiência pública realizada pela Petrobrás no dia anterior, a qual não foi precedida da devida consulta à sociedade nem comunicada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente nem tão pouco ao Coletivo de Entidades Ambientalistas, e que esse processo de modernização envolvia uma discussão abrangente, por se tratar de uma região ambientalmente saturada; 3) sobre a necessidade de serem implementadas as medidas de compensação e de mitigação constantes dos estudos e do parecer técnico emitido pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA; 4) sobre a importância de os municípios participarem da discussão de políticas de meio ambiente inclusive daquelas relacionadas com os passivos ambientais; 5) sobre a defesa indevida feita por funcionários dos órgãos ambientais de que os recursos provenientes das compensações só sejam aplicados no território do município onde se localiza o empreendimento, e não no daqueles que compõem sua área de influência e de onde o empreendimento faz a captação dos recursos hídricos; 6) sobre a necessidade de se substituir, no EIA-RIMA, a referência a unidades de proteção integral pela referência a unidades de proteção de uso sustentável; 7) sobre a necessidade de o empreendedor financiar a elaboração de estudo que contemple todas as variáveis intervenientes na saturação dos serviços de saúde pública; 8) sobre a necessidade de a Petrobrás assumir a responsabilidade de exercer o papel de interlocutora das demais indústrias com vistas à solução dos problemas ambientais da região. José Carlos Silva, igualmente representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, depois de tecer uma série de comentários sobre a entidade por ele presidida, a Cooperlinia Ambiental do Brasil, atuante na área de reciclagem de resíduos, comentou que também essa cooperativa passava por um processo de modernização com investimentos da Petrobrás e com o apoio da Prefeitura Municipal, processo este que traria benefícios no tocante à destinação de lixo e de sua reciclagem. Paulo Figueiredo, representante do Consema, comentou: 1) que, como professor e formador de profissionais para a indústria, vem pautando sua atuação acadêmica na sensibilização para as questões ambientais; 2) que sempre que se discutia um novo projeto a ser instalado na região de Paulínia se remetia a dois quadros, um relacionado à pujança econômica da cidade, e o outro, aos graves problemas ambientais da região; 3) que, assim como não foram solucionados os problemas relacionados com a contaminação ambiental do solo ocorrida no Recanto dos Pássaros, o mesmo acontecia com outras áreas igualmente contaminadas na região de Paulínia; 4) que não se poderia ignorar que a Replan era uma empresa com grande interferência ambiental na região, dada à complexidade de suas atividades e à presença de riscos inerentes associados a elas, entre os quais a contaminação dos recursos hídricos; 5) que era fundamental se considerar a capacidade de suporte



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiental da região, que envolve a discussão de questões bastante amplas, entre as quais a disponibilidade hídrica e o adensamento populacional; 6) que a Petrobrás deveria promover esse debate em toda a região, atuando como empresa carro-chefe, junto com grandes empresas como a Rhodia e outras indústrias com influência marcante na região; 7) que, em relação aos recursos hídricos, ocorreram algumas propostas de circuitos fechados, mas que proporia um melhor detalhamento dessa questão ao DAIA. Luciano Sakurai, igualmente membro do Consema, comentou que, como representante da FIESP no Conselho defendia que as indústrias deveriam se voltar cada vez mais para a solução dos problemas ambientais, de modo a que eles sejam tratados com a importância que mereciam, e que a implantação de projetos sustentáveis contribui para a construção de um Brasil melhor, no qual todos saíam ganhando. Declarou, ao final, que dava parabéns à Petrobrás pela qualidade desse projeto e pelos evidentes benefícios que traria. Foram entregues os seguintes documentos: 1) Ofício 179/06 pjc, assinado pela Promotora de Justiça Vera Maria Gonçalves Crotti; 2) Ofício 1220/2006, assinado pelo Prefeito Municipal de Cosmópolis, José Pivatto; 3) Pedido de revisão do processo de licenciamento assinado por Valmor Amorim e 4) Contribuições encaminhadas por Valmir Amorim. Depois de o Secretário-Executivo do Consema informar que todos aqueles que quisessem colaborar com o projeto tinham ainda o prazo de cinco (5) dias úteis para fazê-lo, contados a partir da data dessa audiência, e que essa contribuição poderia ser encaminhada pelos Correios para a Secretaria-Executiva do Consema ou pelo sítio eletrônico consema.sp@cetesb.sp.gov.br, declarou que haviam sido cumpridas todas as etapas da audiência e agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, a presença de todos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS/ARP